

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2022

O Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul, criado pelo Decreto-lei 9.295/1946, inscrito no CNPJ nº 01.578.616/0001-07, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 994 – Jardim dos Estados – Campo Grande/MS, através da sua Comissão Permanente de Licitação do CRCMS, designada pela Portaria nº 10, de 20 de janeiro de 2022, torna público que realizará Chamamento Público visando o **CRENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS (ICPBRASIL)**, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, com amparo na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Data: **18 de abril de 2022 a 17 de junho de 2022.**

1. DO OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto o credenciamento de empresas para emissão não onerosa de certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), objetivando oferecer aos profissionais da contabilidade e às organizações contábeis que possuam registro ativo e em situação regular no CRCMS, e aos funcionários do CRCMS, certificado digital A1, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O CRCMS preza pela inovação e desenvolvimento da profissão contábil, assim como zela pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público, onde a tecnologia tem sido uma das principais aliadas ao bom desempenho da profissão.

2.2. Nesse sentido, observa-se que atualmente o uso do certificado digital é fundamental para o acesso aos sistemas de serviços e informações disponibilizados pelos órgãos públicos, bem como pela confiabilidade na assinatura de documentos, como por exemplo as demonstrações contábeis, contratos de prestação de serviços, fichas informativas, requerimentos e a Decore (Declaração de percepção de rendimentos de pessoa física), que só podem ser assinados por meio do uso de certificado digital.

2.3. A pandemia da COVID-19 levou o trabalho do profissional contábil e de sua equipe, do ambiente do escritório para o ambiente residencial, representando, decorridos dois anos, uma forte tendência desse cenário virar padrão.

2.4. Por essas razões, existe uma necessidade urgente de certificar digitalmente os profissionais da contabilidade, uma vez que, além daquelas obrigações e entregas que já eram eletrônicas, também tem sido vivenciada a intensificação pelo poder público de ações de atendimento digital e prestação de serviços, onde se faz obrigatório o uso da certificação digital.

2.5. Temos por exemplo a parceria firmada entre o CFC e o Instituto Fenacon no ano de 2016, onde foi dado o primeiro passo na ampliação da oferta do serviço de certificação digital.

2.6. Nesse sentido, com o objetivo de atender aos preceitos da missão e competência institucional, o CRCMS entende que é chegado o momento da ampliação, da popularização e da oferta dos serviços de certificação digital.

2.7. Ressaltamos, ainda, que essa ação está em conformidade com o Planejamento Estratégico desta Entidade, atendendo aos objetivos de promover a satisfação da Classe Contábil com o Sistema CFC/CRC's, da qualidade de aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de fiscalização e assegurar os meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão.

2.8. Dessa forma, considerando tudo o que foi exposto, ressaltamos que o credenciamento de Autoridades Certificadoras para o fornecimento de certificado digital A1, de forma não onerosa, aos profissionais da contabilidade e organizações contábeis que estejam ativos e regulares com o CRCMS, bem como aos funcionários do CRCMS, irá atender à necessidade dos usuários, bem como ampliar de forma significativa a segurança e agilidade no trabalho realizado por estes profissionais, oferecendo-lhes uma importante ferramenta para o exercício da profissão.

3. DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

3.1. Os processos provenientes desse chamamento serão conduzidos e julgados pela Comissão Permanente de Licitação do CRCMS, designada pela Portaria nº 10, de 20 de janeiro de 2022.

4. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. O presente processo será regido pelos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade.

4.2. Poderão habilitar-se para o credenciamento, exclusivamente, pessoas jurídicas devidamente registradas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, credenciadas junto à ICP-Brasil e que atendam as condições deste edital e seus anexos.

4.3. A participação neste credenciamento importa total ciência dos proponentes das condições deste edital e seus anexos.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste edital.

4.5. **NÃO** poderão participar deste credenciamento os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste edital;
- c) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993, no que couber;
- d) Que não atendam às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Que tenha cargo ou função no CRCMS ou que tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade com conselheiros, delegados, funcionários e colaboradores do CRCMS.

4.6. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços credenciados, de empregado da futura empresa credenciada que seja familiar de agente público ocupante de função de confiança neste Conselho.

4.6.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813/2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).

5. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. A pessoa jurídica interessada em participar do processo de credenciamento deverá enviar a documentação exigida neste edital em formato eletrônico, identificado conforme o item 5.5, para o e-mail licitacao@crcms.org.br, ou em formato físico, em envelope lacrado indevassável, identificado conforme o item 5.6, para a sede do CRCMS, localizada à Rua Euclides da Cunha, nº 994 – Jardim dos Estados – CEP 79.020-230 - Campo Grande/MS.

5.1.1. A documentação deverá ser enviada no período estipulado no preâmbulo deste edital.

5.2. O preenchimento e envio da documentação demonstra que o interessado concorda com os termos do presente edital, sujeitando-se, assim, às regras nele

previstas e aos diplomas legais pertinentes, em especial às disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3. A participação no processo importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste edital e de seus anexos.

5.4. A inexatidão das declarações ou a irregularidade nos documentos, identificadas em qualquer fase do processo, desclassificação o interessado do credenciamento ou, se verificadas posteriormente, impedirão a sua atuação, anulando-se todos os efeitos decorrentes da sua inscrição e/ou credenciamento.

5.5. Forma de identificação do e-mail:

Campo assunto: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2022**

Corpo do e-mail: Razão Social da Instituição:

CNPJ:

Endereço:

5.6. Forma de identificação do envelope:

À Comissão Permanente de Licitação do CRCMS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2022

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Obs.: Somente a Comissão Permanente de Licitações do CRCMS poderá abrir o presente envelope, desde que esteja identificado corretamente.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O presente processo de chamamento público terá vigência de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação, e o Termo de Parceria terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

7. DA HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação do CRCMS verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF (www.comprasnet.gov.br/sicaf-web);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:118615144259940::::P3_TIPO:C_NPJ);

7.1.1. Para a consulta de pessoa jurídica credenciada poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa concorrente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão Permanente de Licitação do CRCMS diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.2.3. O concorrente será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.3. Constatada a existência de sanção, a Comissão Permanente de Licitação do CRCMS reputará o interessado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.1.4. Para viabilizar a consulta prevista na alínea "a" do subitem 7.1, os interessados devem manter ativo e atualizado o cadastro no sistema SICAF.

7.1.4.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

7.1.4.2. É de responsabilidade exclusiva do interessado o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

7.1.4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos interessados será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

7.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para a entrega da documentação;

7.2.2. É dever do interessado atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data do recebimento da documentação, ou encaminhar, em conjunto, a respectiva documentação atualizada.

7.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do interessado, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Comissão Permanente de Licitação do CRCMS lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o interessado será convocado a encaminhá-los no prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação do CRCMS, sob pena de inabilitação.

7.3.1. É facultado à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo interessado, antes de findo o prazo.

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Os interessados poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais interessados o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.6. Ressalvado o disposto no subitem anterior, os interessados deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.7. Habilitação jurídica:

7.7.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial ou do RCPJ – Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

7.7.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou do RCPJ – Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.7.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.7.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.8. Da regularidade fiscal e trabalhista:

7.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

7.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do credenciado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciado, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.8.7. Caso o credenciado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.9. Da qualificação técnica:

7.9.1. Comprovação de empresa credenciada e ativa emitida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI para fornecimento de certificados no padrão ICP Brasil;

7.9.2. Declaração de que possui capacidade de atendimento em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, onde deverá ser apresentada:

a) Lista contendo os locais de atendimento; e/ou

b) Declaração de que possui infraestrutura adequada para realização de certificação na modalidade virtual (por vídeo conferência);

7.9.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste credenciamento, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

7.10. Além das documentações citadas nos subitens anteriores, a pessoa jurídica interessada deverá enviar o Requerimento de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, devidamente preenchido e assinado.

7.11. Não estando previsto o prazo de validade nas certidões e declarações apresentadas, considerar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DE SEU RESULTADO

8.1. Os documentos serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação do CRCMS no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento dos documentos ou protocolo.

8.2. O protocolo, o recebimento ou aceite dos documentos não implicam no credenciamento da empresa participante, que somente será efetuado após a celebração do Termo de Parceria.

8.3. O julgamento será efetuado de acordo com os requisitos previstos no edital, sendo considerado inabilitado o interessado que deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentá-la com vícios, defeitos ou inobservância de qualquer exigência contida neste edital.

8.4. Caso julgue necessário, a Comissão poderá solicitar documentos e informações complementares às empresas participantes para sanar dúvidas ou ratificar informações, de acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), devendo o responsável pela empresa atender aos pedidos nos prazos indicados na comunicação, sob pena de indeferimento do requerimento.

8.5. O resultado de julgamento, contendo a lista dos interessados habilitados, será divulgado no sítio do CRCMS (www.crcms.org.br) e publicado no Diário Oficial do MS.

8.6. Serão credenciados os interessados que atenderem às exigências e necessidades previstas neste Edital.

8.7. O credenciamento será formalizado mediante Termo de Parceria, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por igual período, respeitando-se os preceitos contidos na Lei nº 8.666/1993.

8.8. O representante legal do interessado habilitado ao credenciamento será convocado para assinatura do Termo de Parceria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da convocação, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério do CRCMS.

8.8.1. Caso o interessado não compareça neste prazo, perderá o direito ao credenciamento.

8.9. A instituição que tiver o seu cadastro indeferido poderá apresentar recurso, nos termos do item 9 deste edital.

9. DOS RECURSOS

9.1. Das decisões e atos relativos a esse Chamamento Público, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado no Diário Oficial do MS, que poderá ser realizado por forma eletrônica, no e-mail licitacao@crcms.org.br, ou por petição dirigida ou protocolada na sede do CRCMS, na Rua Euclides da Cunha, nº 994 – Jardim dos Estados – Campo Grande/MS:

9.3. Os recursos indeferidos, no todo ou em parte, pela Comissão serão encaminhados, devidamente instruídos, à apreciação e decisão do Presidente do

CRCMS, devendo ser dado ciência ao interessado mediante qualquer meio de comunicação.

9.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Na contagem dos prazos referidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item, em dia de expediente do CRCMS.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE E DO CREDENCIADO

10.1. As obrigações do Credenciante e do Credenciado são aquelas estabelecidas no Projeto Básico.

11. DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. As hipóteses de descredenciamento são aquelas estabelecidas no Projeto Básico.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o licitante que:

12.1.1. Não assinar o Termo de Parceria, quando convocado dentro do prazo de credenciamento;

12.1.2. Apresentar documentação falsa;

12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.5. Não mantiver a proposta;

12.1.6. Cometer fraude fiscal;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

12.2. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CRCMS, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

12.3. As sanções por atos praticados pelo credenciado estão previstas no Projeto Básico.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o início de recebimento das propostas/documentações, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

13.2. A impugnação poderá ser realizada de forma eletrônica, através do envio de e-mail para o endereço licitacao@crcms.org.br ou mediante petição escrita a ser enviada para o endereço do CRCMS, Rua Euclides da Cunha, nº 994 – Jardim dos Estados – Campo Grande/MS.

13.3. Caberá à Comissão Permanente de Licitação do CRCMS decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

13.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para o início de recebimento das propostas/documentações, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.5. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente por e-mail, para o endereço eletrônico licitacao@crcms.org.br.

13.6. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio do CRCMS www.crcms.org.br para os interessados.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não se realizando qualquer ato previsto neste Edital na data aprazada, por motivo de força maior ou caso fortuito, fica automaticamente prorrogada a realização do ato para o primeiro dia útil subsequente, prorrogando-se os demais prazos igualmente.

14.2. É facultado à Comissão Permanente de Licitação do CRCMS:

14.2.1. Promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do credenciamento, sendo vedada, porém, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria ter sido apresentada no prazo originariamente previsto;

14.2.2. Releva erros formais ou simples omissões nos documentos dos interessados, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o entendimento da informação e não acarretem violação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade;

14.2.3. Convocar os interessados participantes do credenciamento para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento das informações prestadas.

14.3. Caberá ao gestor e fiscal nomeados por Portaria do CRCMS a fiscalização dos termos de parceria e a responsabilidade pela manutenção do cadastro de interessados credenciados.

14.4. A comunicação, em virtude da economicidade, celeridade e eficiência processual, quando não houver previsão de outro meio, preferencialmente, dar-se-á por e-mail.

14.5. Os casos omissos do presente edital serão resolvidos pela Comissão de acordo com a legislação em vigor.

14.6. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) **Anexo I** – Projeto Básico;
- b) **Anexo II** – Requerimento de Credenciamento;
- c) **Anexo III** – Termo de Parceria.

Campo Grande/MS, de março de 2022.

OTACILIO DOS SANTOS NUNES
Presidente do CRCMS

‘ANEXO I – PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresas para emissão não onerosa de certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), objetivando oferecer aos profissionais da contabilidade e às organizações contábeis que possuam registro ativo e em situação regular no CRCMS, e aos funcionários do CRCMS, certificado digital A1, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O CRCMS preza pela inovação e desenvolvimento da profissão contábil, assim como zela pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público, onde a tecnologia tem sido uma das principais aliadas ao bom desempenho da profissão.

2.2. Nesse sentido, observa-se que atualmente o uso do certificado digital é fundamental para o acesso aos sistemas de serviços e informações disponibilizados pelos órgãos públicos, bem como pela confiabilidade na assinatura de documentos, como por exemplo as demonstrações contábeis, contratos de prestação de serviços, fichas informativas, requerimentos e a Decore (Declaração de percepção de rendimentos de pessoa física), que só podem ser assinados por meio do uso de certificado digital.

2.3. A pandemia da COVID-19 levou o trabalho do profissional contábil e de sua equipe, do ambiente do escritório para o ambiente residencial, representando, decorridos dois anos, uma forte tendência desse cenário virar padrão.

2.4. Por essas razões, existe uma necessidade urgente de certificar digitalmente os profissionais da contabilidade, uma vez que, além daquelas obrigações e entregas que já eram eletrônicas, também tem sido vivenciada a intensificação pelo poder público de ações de atendimento digital e prestação de serviços, onde se faz obrigatório o uso da certificação digital.

2.5. Temos por exemplo a parceria firmada entre o CFC e o Instituto Fenacon no ano de 2016, onde foi dado o primeiro passo na ampliação da oferta do serviço de certificação digital.

2.6. Nesse sentido, com o objetivo de atender aos preceitos da missão e competência institucional, o CRCMS entende que é chegado o momento da ampliação, da popularização e da oferta dos serviços de certificação digital.

2.7. Ressaltamos, ainda, que essa ação está em conformidade com o Planejamento Estratégico desta Entidade, atendendo aos objetivos da qualidade de aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de fiscalização e assegurar os meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão.

2.8. Dessa forma, considerando tudo o que foi exposto, ressaltamos que o credenciamento de Autoridades Certificadoras para o fornecimento de certificado digital A1, de forma não onerosa, aos profissionais da contabilidade e organizações contábeis que estejam ativos e regulares com o CRCMS, bem como aos funcionários do CRCMS, irá atender à necessidade dos usuários, bem como ampliar de forma significativa a segurança e agilidade no trabalho realizado por estes profissionais, oferecendo-lhes uma importante ferramenta para o exercício da profissão.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Deverá a empresa credenciada se comprometer a fornecer, durante o período do termo de parceria, um (01) certificado padrão A1 com validade de um (1) ano, de modo gratuito, para:

3.1.1. Profissionais e organizações contábeis que se encontrarem ativos e regulares no CRCMS. Essa emissão será válida apenas para 01 (um) CPF e 01 (um) CNPJ registrado por pessoa, seja física ou jurídica. O profissional/organização deverá apresentar, no ato de validação, Certificado de Regularidade Profissional – CRP, devendo a empresa credenciada confirmar a veracidade e validade da CRP antes da emissão do certificado, por meio de consulta no site do CRCMS, podendo ser exigido pela empresa credenciada outros documentos necessários para a emissão do certificado digital.

3.2. Condições Gerais:

3.2.1. As credenciadas deverão garantir o atendimento ao público-alvo em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, seja de forma presencial ou remota;

3.2.2. A validação presencial deverá ser realizada nos pontos de atendimento da Autoridade Certificadora credenciada, ou através de outro mecanismo, desde que esteja em conformidade com as políticas e procedimentos da ICP-Brasil, e liberados pela própria Autoridade Certificadora;

3.2.3. Ficará à critério da credenciada a emissão de forma presencial ou remota (vídeo conferência);

3.2.4. Ficará à critério da credenciada o estabelecimento de programas de pontuação ou de incentivo aos profissionais, bem como para seus clientes;

3.2.5. As Autoridades Certificadoras deverão desenvolver sítio na Internet específico para esclarecer aos interessados sobre o credenciamento e orientá-los sobre como realizar agendamentos e solicitações de Certificados Digitais e dar, a estes sítios, a maior visibilidade possível;

3.2.6. Os sítios deverão ser homologados pelo Conselho em relação ao conteúdo das informações que envolvam à Instituição.

3.2.7. As Autoridades Certificadoras deverão apresentar ao CRCMS relatórios dos atendimentos realizados no período de a cada 4 (quatro) meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome do profissional/organização contábil;
- Nº do registro do profissional/organização contábil no CRCMS;
- Tipo de certificado emitido (e-CPF ou e-CNPJ);
- Resultado do atendimento (aprovado, pendente ou recusado).

3.2.8. O certificado deve ser emitido por uma AC – Autoridade Certificadora credenciada junto à ICP-Brasil, com base na Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e nas normas e políticas do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

3.2.9. Como contrapartida o CRCMS divulgará o Termo de Parceria, através de seus meios de comunicação, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão habilitar-se, para credenciamento, pessoas jurídicas devidamente registradas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, credenciadas junto à ICP-Brasil e que manifestarem interesse na prestação dos serviços, com as condições especificadas.

4.2. Não poderão participar do credenciamento:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar Termo de Parcerias administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital;

4.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993, no que couber;

4.2.4. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Que tenha cargo ou função no CRCMS ou que tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade com funcionários, terceirizados e estagiários do CRCMS até o 3º grau, inclusive.

4.3. Não será aceito protocolo de comprovação de entrega em substituição aos documentos requeridos no presente termo de referência.

4.4. Em nenhuma hipótese serão recebidos documentos de habilitação e propostas fora do prazo estabelecido no Edital.

4.5. A não habilitação no presente credenciamento não gera o dever de indenização pelo CRCMS.

5. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1. O edital de Chamamento Público terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação e o Termo de Parceria terá a vigência 30 (trinta) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. Compete a CREDENCIADA:

- a) Observar os termos e condições descritas no item 3, e subitens, do presente Projeto Básico;
- b) Para atendimento do item 3, as regras de comercialização serão de livre escolha da credenciada, a qual competirá cumprir rigorosamente as condições que ofertarem e as condições constantes do Termo de Parceria (Anexo III);
- c) Encaminhar ao CRCMS a relação dos atendimentos realizados a cada período de 4 (quatro) meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - Nome do profissional/organização contábil;
 - Nº do registro do profissional/organização contábil no CRCMS;
 - Tipo de certificado emitido (e-cpf ou e-cnpj);
 - Resultado do atendimento (aprovado, pendente ou recusado).
- d) Divulgar as ações decorrentes da parceria em seus meios de comunicação;
- e) Fornecer, a seu critério, material de divulgação (cartazes e folders) para divulgação pelo CRCMS;
- f) Exigir do profissional/organização, no ato de validação, Certificado de Regularidade Profissional – CRP; devendo a empresa credenciada confirmar a veracidade e validade da CRP, através do site do CRCMS, antes da emissão do certificado.

6.2. Compete ao CRCMS:

- a) Realizar a divulgação na página de Termos de Parceria no sítio do CRCMS e em seus meios de divulgação, nos termos de sua política interna, enquanto vigente;
- b) Isenção de responsabilidade sobre a análise dos documentos apresentados pelos profissionais à empresa certificadora, orientando-os a entrar em contato diretamente com a credenciada.

7. DO DESCREDENCIAMENTO

7.1. Haverá o cancelamento do credenciamento nos seguintes casos:

- 7.1.1. Receber 3 (três) advertências pelo mesmo motivo;
- 7.1.2. Recusa injustificada em atender ao beneficiário que esteja com a documentação regular para o ato de certificação;
- 7.1.3. Omissão de informações ou a prestação de informações inverídicas ao CRCMS;
- 7.1.4. Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- 7.1.5. Falsidade ideológica;
- 7.1.6. Infração à Lei, bem como à legislação de regência;
- 7.1.7. Descumprimento na execução dos serviços a serem realizados pelo credenciado como negligência, imprudência e imperícia;
- 7.1.8. Cessão total ou parcial da prestação do serviço;
- 7.1.9. Divulgação, pelo credenciado, de informações do interesse exclusivo da CRCMS, obtidas em decorrência do credenciamento.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O credenciado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 8.1.1. Advertência;
- 8.1.2. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CRCMS, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

ANEXO II – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

A empresa abaixo identificada, solicita ao CRCMS o seu credenciamento com vistas ao objeto do Edital de Credenciamento nº 01/2022, anexando a respectiva documentação.

DADOS DA SOLICITANTE

RAZÃO SOCIAL: _____

NOME FANTASIA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO PRINCIPAL: _____

BAIRRO: _____

CIDADE/UF: _____ CEP: _____

TELEFONES: _____

E-MAIL: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL

NOME: _____

ESTADO CIVIL: _____ CPF: _____

IDENTIDADE: _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

DT/EMIÇÃO: _____ CARGO: _____

PROFISSÃO: _____

Declaro possuir plenos poderes de representação legal e conhecimento integral do Edital de Credenciamento nº 01/2022.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III – TERMO DE PARCERIA

**TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO
SUL – CRCMS E ...**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO SUL, órgão de fiscalização do exercício profissional, regido pelo Decreto-Lei nº 9.295/1946, situado na Rua Euclides da Cunha, nº 994 – Jardim dos Estados - CEP 79.020-230, inscrito no CNPJ sob o nº 01.578.616/0001-07, doravante denominado **CRCMS**, neste ato representado por seu Presidente,,(nacionalidade).....,(estado civil).....,(profissão).....titular da Carteira de Identidade nº, expedida pelo e inscrita no CPF sob o nº, e a **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ sob o nº [número], com sede na [endereço], [bairro], [cidade - UF], [CEP], neste ato representada por seu(ua) [cargo], [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], [número da carteira de identidade e órgão expedidor], [CPF].

As partes firmam o presente Termo de Parceria, por meio do Processo Administrativo nº, em conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, nos parâmetros contidos no edital de Chamamento Público nº 01/2022, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Emissão não onerosa de certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), objetivando oferecer aos profissionais da contabilidade e às organizações contábeis que possuam registro ativo e em situação regular no CRCMS, e aos funcionários do CRCMS, certificado digital A1, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS BENEFICIADOS

2.1. Serão elegíveis para os termos do presente Termo de Parceria:

2.1.1. Profissionais da contabilidade e organizações contábeis que possuam registro ativo e regulares perante o CRCMS;

2.1.2. Funcionários do CRCMS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Deverá a empresa credenciada se comprometer a fornecer, anualmente, durante o período do termo de parceria, um (1) certificado padrão A1 com validade de um (1) ano, de modo gratuito, para:

3.1.1. Profissionais e escritórios contábeis que se encontrarem ativos e regulares no CRCMS. Esta emissão será válida apenas para um CPF e para um CNPJ registrado. O profissional/escritório deverá apresentar, no ato de validação, Certificado de Regularidade Profissional – CRP; devendo a

empresa credenciada confirmar a veracidade e validade da CRP, através do site do CRCMS, antes da emissão do certificado. Poderão ser exigidos pela empresa credenciada outros documentos necessários para a emissão do certificado digital.

3.1.2. Para os funcionários do CRCMS, será apresentada pelo Conselho relação dos beneficiados.

3.2. Condições Gerais:

3.2.1. A credenciada deverá garantir o atendimento ao público-alvo em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, seja de forma presencial ou remota;

3.2.2. A validação presencial deverá ser realizada nos pontos de atendimento da credenciada, ou através de outro mecanismo, desde que esteja em conformidade com as políticas e procedimentos da ICP-Brasil, e liberados pela própria Autoridade Certificadora;

3.2.3. Ficará a critério da credenciada a emissão de forma presencial ou remota (vídeo conferência);

3.2.4. Ficará a critério da credenciada o estabelecimento de programas de pontuação ou de incentivo aos profissionais, bem como para seus clientes;

3.2.5. A credenciada deverá desenvolver sítio na Internet específico para esclarecer aos interessados sobre o credenciamento e orientá-los sobre como realizar agendamentos e solicitações de Certificados Digitais e dar, a estes sítios, a maior visibilidade possível;

3.2.6. Os sítios deverão ser homologados pelo Conselho Regional de Contabilidade em relação ao conteúdo das informações que envolvam a Instituição.

3.2.7. As credenciadas deverão apresentar relatórios dos atendimentos realizados a cada período de 4 (quatro) meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

3.2.7.1. Nome do profissional/organização contábil;

3.2.7.2. Nº do registro do profissional/organização contábil no CRCMS;

3.2.7.3. Tipo de certificado emitido (e-CPF ou e-CNPJ);

3.2.7.4. Resultado do atendimento (aprovado, pendente ou recusado).

3.2.8. O certificado deve ser emitido por uma AC – Autoridade Certificadora credenciada junto à ICP-Brasil, com base na Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e nas normas e políticas do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

3.2.9. Como contrapartida o CRCMS divulgará o Termo de Parceria, de acordo com sua política de divulgação interna.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Compete a XXXXXXXXXXXXXXXX:

- a) Observar os termos e condições descritas no item 3, e subitens, do presente Termo de Parceria;
- b) Para atendimento do item 3, as regras de comercialização serão de livre escolha da credenciada, a qual competirá cumprir rigorosamente as condições que ofertarem e as condições constantes do termo de parceria (Anexo III);
- c) Encaminhar a relação dos atendimentos realizados a cada período de 4 (quatro) meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - Nome do profissional/organização contábil;
 - Nº do registro do profissional/organização contábil no CRCMS;
 - Tipo de certificado emitido (e-CPF ou e-CNPJ);
 - Resultado do atendimento (aprovado, pendente ou recusado).
- d) Divulgar as ações decorrentes da parceria em seus meios de comunicação;
- e) Fornecer, a seu critério, material (cartazes e folders) para divulgação pelo CRCMS, mediante aprovação prévia do Conselho;
- f) Exigir do profissional/organização, no ato de validação, Certificado de Regularidade Profissional – CRP, antes da emissão do certificado, devendo confirmar a veracidade e validade da CRP, por meio de consulta no site do CRCMS.

4.2. Compete ao CRCMS:

- a) Realizar a divulgação na página de Termos de Parceria no sítio do CRCMS e em seus meios de divulgação, nos termos de sua política interna, enquanto vigente;
- b) Isenção de responsabilidade sobre a análise dos documentos apresentados pelos profissionais à empresa certificadora, orientando-os a entrar em contato diretamente com a credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Este Termo de Parceria é celebrado a título não oneroso, portanto, não haverá, em hipótese alguma, qualquer repasse de recursos oriundos das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA NÃO EXCLUSIVIDADE

6.1. A Parceria não gera qualquer direito de exclusividade entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS LOGOMARCAS E DOS NOMES COMERCIAIS

7.1. O CRCMS poderá utilizar, na divulgação do Termo de Parceria, a logomarca e outros sinais distintivos das credenciadas, e vice-versa.

7.2. Os interessados garantem que os direitos de propriedade intelectual necessários para a execução do objeto deste Edital não violam quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros, isentando o CRCMS de quaisquer reclamações de terceiros e ônus decorrentes, de qualquer natureza, inclusive financeiros.

7.3. A utilização indevida por qualquer das partes de tais logomarcas e nomes comerciais ensejará a rescisão imediata do presente Termo de Parceria, sem prejuízo da tomada de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, bem como das reparações, indenizações e multas aplicáveis. Com o término deste Termo de Parceria, por qualquer razão, as partes deverão cessar imediatamente o uso das logomarcas e dos nomes comerciais da outra parte.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução deste Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por fiscais e gestores do CRCMS, especialmente designados, nos termos do artigo 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico e demais anexos do Edital de Chamamento Público nº 001/2022.

8.3. Durante a vigência do Termo de Parceria, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Certificadora a correção das falhas e irregularidades constatadas.

8.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Credenciada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Projeto Básico do Edital nº 01/2022 e na legislação vigente, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Credenciada a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Credenciada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.8. A Credenciada poderá apresentar justificativa para a prestação de serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à Credenciada, de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de erros técnicos ou qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Credenciadora ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

9.1. O presente Termo de Parceria poderá ser alterado, por acordo de ambas as partes, por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Parceria poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, mediante comunicação por escrito encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que sejam suspensos os benefícios adquiridos pelos profissionais já beneficiados com os certificados até o final de sua validade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1. O presente Termo de Parceria terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, na medida de suas responsabilidades, garantindo que:

12.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular/profissional beneficiário;

12.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução deste termo, ou do serviço contratado pelo profissional beneficiário com a credenciada, utilizando-os, quando seja o caso,

em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

12.1.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, a credenciada se responsabiliza por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento), isentando o CRCMS de qualquer tipo de responsabilidade. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no contrato a ser firmado com o profissional beneficiário, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

12.1.4. Os dados obtidos em razão do contrato deverão ser armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

12.1.5. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a credenciada interromperá o tratamento dos Dados Pessoais, nos termos da legislação própria aplicada aos procedimentos de emissão de certificado digital chave pública padrão ICP-Brasil.

12.2. A credenciada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste termo, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

12.3. A credenciada cooperará com o CRCMS no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD, nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados; bem como previstas nas legislações próprias aplicadas a emissão de certificado digital chave pública padrão ICP-Brasil que estejam em vigor. Devendo ainda cooperar no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que disser respeito ao presente termo;

12.4. O “Encarregado” ou “DPO” da credenciada manterá contato formal com o DPO do CRCMS, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, relacionados ao presente termo, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

12.5. A critério do DPO do CRCMS, a credenciada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do termo, no tocante a dados pessoais.

12.6. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste Termo de Parceria e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Farão parte integrante deste Termo de Parceria, independentemente de transcrição, as instruções contidas no Edital de Credenciamento nº 01/2022 e os documentos nele referenciados.

13.2. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Campo Grande/MS, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Campo Grande/MS, XX de XXXXXX de 2022.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO DO SUL
Contador Otacilio Dos Santos Nunes
Presidente do CRCMS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas

Assinatura:

CPF:

Assinatura:

CPF:

Visto Jurídico CRCMS: